

# Sarney quer uniformizar o tom do governo

3 1 OUT 1985

por Getúlio Bittencourt  
de Brasília

As atenções do governo José Sarney estão voltadas, atualmente, para a uniformização do seu discurso. As notas dissonantes entre os ministros nascem das diferenças pessoais, das divergências políticas e da falta de intercâmbio de informações. É sobre esse último item que o Palácio do Planalto quer e pode atuar.

As duas primeiras diferenças pertencem à natureza das coisas. O governo espera apenas reduzir os atritos que produzem, pela disseminação homogênea de informações. O método provavelmente será o de reuniões periódicas e frequentes de todo o Ministério.

Os encontros regulares dos ministros serviriam para que o presidente Sarney reforçasse as áreas de consenso político existentes no País. Por mais que mantenham diferenças pessoais e políticas, os ministros estão de acordo sobre alguns pontos básicos, a saber:

- A consolidação de uma democracia liberal.

- Uma política econômica austera contra a inflação, mas suficientemente liberal para permitir o crescimento do setor privado.

- A desestatização nos setores em que o Estado inchou.

- A reordenação jurídica do País.

- A estabilização do poder civil.

E aparentemente mais do que o necessário para construir um governo. Acredita-se hoje no Palácio do Planalto que uma parcela da desestruturação política do Congresso deve ser creditada ao próprio governo Sarney. Ao governo ainda faltaria um mínimo de unidade que pudesse

refletir-se sobre o jogo político no Congresso.

Há componentes em sua dissonância que o governo dificilmente poderá alterar. Dois exemplos recentes mostram por quê. O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, lançou-se à frente de combate nas greves dos carteiros, colocando-se como alvo, exatamente como se imagina que um ministro, um auxiliar do presidente, atue. Se desse errado, ele receberia as maiores críticas. Se desse certo, como deu, dividiria o prestígio com o presidente da República.

Existe também o comportamento inverso. Também ou principalmente. Na mesma linha de Magalhães, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, defendeu um reajuste do salário mínimo menor do que o que será concedido (provavelmente Cr\$ 600 mil), para permitir que o presidente Sarney fizesse o gesto liberal, ampliasse o índice. O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, passou a defender um aumento maior do que aquele que provavelmente será concedido.

O gesto de Pazzianotto perturba a estratégia do governo, mas integra o conjunto de interesses políticos legítimos — ele quer ser

(Continua na página 6)

GOVERNO

# Sarney quer uniformizar o tom...

por Getúlio Bittencourt  
de Brasília

(Continuação da 1ª página)  
governador de São Paulo. Como o governo não consegue impedir que as pessoas tenham projetos pessoais, o presidente resolveu incorporá-los à sua estratégia política. E por isso que ele não preencherá cargos vagos na administração antes das eleições deste ano.

Quando o presidente começar a examinar o assunto, lá pelo dia 18 de novembro, ele levará em conta o resultado das eleições nas capitais, mas sobretudo a questão das eleições para governador em 1986. Ao reestruturar sua equipe, possivelmente com a substituição de alguns ministros, ele tentará articular acordos que incluam as sucessões estaduais.

E com o respaldo dos go-

vernadores (e das Forças Armadas) que o presidente terá seu próprio mandato preservado na Assembléia Nacional Constituinte. No momento, circula pelo meio militar o exemplo da Checoslováquia. Trata-se do único país que aderiu ao comunismo pelo que os militares brasileiros chamam de "golpe parlamentar". Um terço do Congresso checo, naturalmente com o apoio das tropas russas, transformou o país numa república socialista. Não que o temor chegue a esse extremo no caso brasileiro. Mas teme-se pelo mandato de Sarney.

Entre as duas eleições, espremem-se os atuais partidos políticos. O presidente Sarney entende, porém, que os partidos são montados e desmontados pelos largos movimentos da História, deixando-lhe pouca margem de manobra no processo. Ele não tomará a iniciativa de remontar o atual sistema partidário, e só passará à ofensiva numa hipótese extrema: caso o Congresso lhe negue o mínimo de apoio para governar.